



**XXXIX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO
ADMINISTRATIVO, DIREITO ELEITORAL E DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO**

003. CADERNO DE QUESTÕES

(QUESTÕES DISCURSIVAS)

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Responda de forma clara, objetiva e fundamentada, utilizando argumentos jurídicos e referências à legislação vigente.
- Procure estruturar sua resposta em introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Evite respostas meramente expositivas; privilegie a análise crítica e a aplicação prática dos conceitos.

CONFIDENCIAL ATÉ O MOMENTO DA APLICAÇÃO.

QUESTÃO 01 – DIREITO CONSTITUCIONAL

O Ministério Público, por meio do órgão de execução com atribuição, recebeu representação na qual foi apresentada uma análise detalhada das graves deficiências presentes na política pública desenvolvida pelo Município Sigma na área da saúde, comprometendo severamente a qualidade do serviço oferecido à população.

Na representação, subsidiada por relatórios elaborados por conselhos de fiscalização profissional, foi requerida a adoção das medidas cabíveis para que o ente federativo realizasse concurso público para provimento dos cargos vagos na área da saúde, nomeando os respectivos aprovados, bem como regularizasse os procedimentos e promovesse o saneamento das irregularidades de ordem material e operacional detectadas.

Requisitadas informações, o Prefeito do Município Sigma informou que o paradigma de correção utilizado nos relatórios não estava previsto em lei, o que afastava a sua imperatividade, máxime pelo fato de o direito à saúde, na perspectiva constitucional, estar consagrado em norma programática. Ainda de acordo com o Chefe do Poder Executivo, deve prevalecer a liberdade valorativa da Administração Pública, o que impede que mecanismos de controle exógeno venham a limitar essa liberdade. Eventuais irregularidades na política pública deveriam ser indicadas de maneira pontual, acompanhadas do rol de medidas a serem adotadas para a sua correção.

Analise a situação descrita na narrativa como Promotor de Justiça, considerando os seguintes aspectos:

- a) a teoria do dever de proteção e a invocada natureza programática da norma constitucional afeta à temática;
- b) a primazia da liberdade valorativa da Administração Pública e a forma de correção das irregularidades, como alvitadas nas informações do Prefeito do Município Sigma;
- c) a adoção da medida sugerida na representação para suprir a carência de pessoal.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 60 pontos)

QUESTÃO 02 – DIREITO CONSTITUCIONAL

A Constituição do Estado Ômega foi objeto de reforma constitucional. De acordo com o artigo X da Emenda à Constituição Estadual nº Y/2017, ressalvados os impedimentos de ordem técnica ou jurídica, é obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações decorrentes de emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, observado o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

Ainda foi previsto que metade dos respectivos valores deveria ser direcionada a ações e serviços de saúde, sendo ainda vedado o câmputo de qualquer percentual de despesas inscritas em restos a pagar para fins de cumprimento da execução orçamentária e financeira no âmbito do Estado Ômega. No último mês, surgiram debates sobre a conformidade constitucional da Emenda à Constituição Estadual nº Y/2017.

Analise a situação descrita na perspectiva:

- a) da essência das emendas ao orçamento e, especificamente, do disposto no artigo X; e
- b) dos aspectos concernentes à compatibilidade da Emenda à Constituição Estadual nº Y/2017 com a Constituição da República.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 40 pontos)

QUESTÃO 03 – DIREITO ADMINISTRATIVO

Caio foi aprovado em concurso público promovido pelo Município de Sossego para provimento de cargo técnico, dentro do número de vagas previsto no edital. Trinta dias antes do término do prazo de validade do certame, impetrou mandado de segurança individual visando à sua nomeação para o cargo para o qual foi aprovado.

Notificado para prestar informações, o Prefeito informou que não houve a convocação de Caio com base nos seguintes fundamentos, devidamente comprovados:

a) a edição de lei municipal após a realização do concurso, ocorrida durante o respectivo prazo de validade, que extinguiu o cargo para o qual Caio foi aprovado, sob a única justificativa de que deixou de existir a necessidade pública de sua manutenção em razão do êxito da reestruturação administrativa decorrente da implementação de ferramentas de inteligência artificial;

b) a superveniência de desequilíbrio fiscal provocado por inesperada redução da receita corrente líquida do Município, circunstância que resultou na extrapolação do limite prudencial de despesa com pessoal.

Os autos foram encaminhados ao Ministério Público para a manifestação.

Diante desse contexto, analise a legalidade da ação administrativa adotada, abordando os aspectos jurídicos pertinentes ao controle judicial, especialmente no que se refere: i) ao cabimento do mandado de segurança; ii) ao direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital, durante o prazo de validade do concurso; iii) à juridicidade do primeiro fundamento invocado para afastar eventual direito à nomeação de Caio; e iv) à possibilidade de invocação de restrições orçamentárias e fiscais como fundamento para afastar o dever de nomeação.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 50 pontos)

QUESTÃO 04 – DIREITO ADMINISTRATIVO

O Município de Horizonte promoveu a desapropriação de determinada área urbana, ocupada há mais de cinco anos por famílias de baixa renda que ali exerciam posse mansa, pacífica e ininterrupta, utilizando os imóveis tanto para moradia quanto para pequenos empreendimentos comerciais informais que compunham a sua principal fonte de subsistência. Nenhuma das famílias tinha título registral imobiliário da área, que não havia sido objeto de regularização fundiária pelo Poder Público. Segundo o decreto expropriatório, a área declarada de utilidade pública seria usada para obras de mobilidade urbana.

Ao fixar a indenização devida aos possuidores, o Poder Executivo Municipal condicionou o pagamento à apresentação de certidão de propriedade do imóvel e, na sua ausência, limitou o valor a ser pago exclusivamente às benfeitorias existentes no local, bem como afastou a incidência de juros compensatórios e moratórios sobre o montante apurado, sob o argumento de que, diante da falta de título de propriedade, não haveria direito indenizável além das acessões físicas comprovadas.

Ajuizada a correspondente ação judicial de desapropriação, os possuidores da área procuraram um advogado, que apresentou contestação ao pedido, incluindo questionamentos acerca da indenização, bem como da incidência dos juros. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público.

Aborde as questões jurídicas envolvidas fundamentadamente, dispensada a forma de parecer.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 50 pontos)

QUESTÃO 05 – DIREITO ELEITORAL

Herculano, Nina e Zezé lançaram-se como pré-candidatos à eleição no Município de Jabuticabeira. Após acirrada disputa interna do Partido ABC, Herculano e Nina foram escolhidos na convenção partidária.

Herculano, que buscava se reeleger Vereador, foi condenado a oito anos de reclusão, em sentença proferida pelo juízo criminal competente – em virtude de constituição de milícia privada (artigo 288-A do Código Penal) –, proferida após a convenção do partido, mas antes do envio do requerimento de registro de candidatura à Justiça Eleitoral.

Publicado o resultado da convenção partidária, Herculano constou regularmente no edital e Nina e Zezé não figuraram na listagem de candidatos apresentada pelo Partido ABC à Justiça Eleitoral no prazo legal.

Nina e Zezé, inconformados, apresentaram requerimentos individuais de candidatura à Justiça Eleitoral no dia seguinte à publicação do edital, alegando atenderem às condições de elegibilidade e, ainda, a inexistência de causas de inelegibilidade.

Os requerimentos de registro de candidatura e o Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (DRAP) foram encaminhados ao Ministério Público Eleitoral para ciência e manifestação.

Considerando todo esse cenário, responda aos seguintes itens de forma objetiva e fundamentada.

a) Qual o órgão da Justiça Eleitoral competente para processar o Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (DRAP) apresentado pelo Partido ABC e os pedidos de registro de candidatura? Qual o órgão do Ministério Público Eleitoral com atribuição para officiar nos referidos feitos?

b) Esclareça como deve manifestar-se o Ministério Público Eleitoral acerca dos requerimentos de registro de candidatura de Nina e Zezé.

c) Qual deve ser o pronunciamento do Ministério Público Eleitoral sobre o pedido de registro de candidatura de Herculano, considerada a atual jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral?

d) Quais as medidas judiciais à disposição do Ministério Público Eleitoral, nessa fase do processo eleitoral, para questionar candidaturas, se identificada eventual inelegibilidade ou ausência de condição de elegibilidade dos candidatos do Partido ABC?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 100 pontos)

QUESTÃO 06 – DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

A Ouvidoria do Ministério Público Estadual recebeu notícia anônima informando que a sociedade empresária Alfa emitiu nota fiscal de saída de seus produtos para a empresa Beta, distribuidora estabelecida em outra unidade federativa, que usufruía de incentivo fiscal de ICMS e resultava na redução da carga fiscal de toda a operação. Para a etapa subsequente, a sociedade empresária Beta emitiu nota fiscal relativa à circulação dos produtos em favor da sociedade empresária Gama, embora os bens fossem remetidos diretamente pela sociedade empresária Alfa à Gama, destinatária final.

Paralelamente, no exercício de sua atividade fiscalizatória, o órgão fazendário do mesmo estado do órgão ministerial que recebeu a notícia anônima constatou que a empresa Beta não possuía estrutura física compatível com a atividade de distribuição, existindo apenas formalmente, configurando uma *empresa de fachada*.

Com base no artigo 116, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, aquele órgão fazendário desconsiderou as operações de saída da empresa Alfa para a empresa Beta e procedeu ao lançamento de ofício por meio do qual exigiu o ICMS integral, sem a redução causada pelo incentivo fiscal usufruído pela Beta.

No entendimento da fiscalização, a operação efetiva a ser oferecida à tributação era a saída proveniente da empresa Alfa diretamente destinada à empresa Gama.

O noticiante apontou, ainda, que as sociedades estariam envolvidas na prática de fraude fiscal estruturada, havendo indícios do envolvimento de servidores públicos. Os fatos teriam resultado no comprometimento da arrecadação estadual, razão pela qual solicitou que o Ministério Público apure os fatos e adote as medidas necessárias.

Imagine que você é o Promotor natural que recebe essa notícia da Ouvidoria. Com base na situação fática acima, sem necessidade de parecer, fundado na legislação aplicável, na doutrina e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, discorra sobre:

- a) eventuais diferenças entre os conceitos e as modalidades de elisão (lícita e ilícita) e evasão fiscal;
- b) validade e eficácia do artigo 116, parágrafo único, do Código Tributário Nacional;
- c) características da fraude fiscal estruturada e os seus elementos normativos na legislação brasileira, à luz do caso concreto e da atuação ministerial.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 100 pontos)

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO